



UMA REVOLTA DE ESCRAVOS AFRICANOS DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA SOB O OLHAR DA HISTÓRIA SOCIAL¹

Antonio Cleber da Conceição Lemos²

Resumo

Através de um olhar sobre uma revolta de escravos ocorrida durante a Guerra de Independência na Bahia, sendo que esta foi considerada por boa parte da tradição historiográfica sobre a Guerra como tendo sido induzida pelos portugueses, o presente trabalho objetiva, através dos pressupostos teóricos da “história vista de baixo”, discutir os limites possíveis para se pensar a autonomia de ação rebelde dos escravos africanos durante o contexto dessa Guerra. Especificamente, o texto realiza uma exposição dos argumentos dessa tradição historiográfica acerca da dita rebelião, além de refletir como alguns conceitos da história social podem provocar questionamentos sobre as afirmações dessa tradição historiográfica, bem como procura iniciar uma discussão de como a população escrava pôde ter se apropriado do momento histórico da Independência na Bahia.

Palavras-chave: Revolta de escravos. Guerra de Independência na Bahia. História vista de baixo.

A história das rebeliões escravas no Brasil, em especial, em províncias onde a economia açucareira dependia diretamente da mão de obra de cativos, como era o caso da Bahia, mostra aos historiadores uma realidade complexa que não pode ser compreendida a partir da ideia de que existiam senhores opressores contra uma massa de escravos que se rebelavam desorganizadamente.

A história social, mais precisamente, a “história vista de baixo” apresenta considerações que apontam esclarecimentos para que seja possível entender a complexidade das atitudes de rebeldia dos escravos, desde as ações mais solitárias passando pelas mais organizadas e ameaçadoras a então ordem vigente do Brasil escravista.

¹Este trabalho é resultado do aprofundamento de uma discussão apresentada anteriormente por mim no encontro regional da ANPUH-BA em 2012.

²Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe; E-mail: cleberhist@hotmail.com.

Autores como Eric Hobsbawn, um dos expoentes da história social, enfatizavam a importância de se estudar os processos históricos que envolveram classes e grupos sociais, pois essas identidades eram construídas dentro da dinâmica socioeconômica das sociedades onde há exploração econômica e tensões que fazem parte das relações sociais entre aqueles que comandam e aqueles que deveriam obedecer à lógica da produção. Para esse historiador inglês,

A história das classes e grupos sociais claramente se desenvolveu a partir da premissa comum de que nenhum entendimento da sociedade é possível sem uma compreensão dos principais componentes de todas as sociedades não mais fundadas primordialmente no parentesco.³

Dessa forma, para se entender as relações escravistas, é preciso contextualizar a lógica de produção em que os senhores e os escravos estavam envolvidos, pois não se pode confiar na ideia de que “senhores” e “escravos” sejam categorias que podem ser utilizadas em qualquer processo histórico da realidade escravista explicando por si só toda a sua dinâmica.

As questões que envolviam um grupo de escravos na Bahia não eram as mesmas que envolviam outros grupos em outras províncias do Brasil monárquico. Além das questões regionais, não é possível acreditar que os escravos sejam todos iguais, pois, antes de serem escravos, eram seres humanos que partilhavam de culturas e crenças que os diferenciavam brutalmente, bem como suas redes de relações com seus pares e seus senhores. Hobsbawn ainda segue afirmando que “Classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais”⁴.

Essa complexidade que exige uma forma de definir as relações sociais com rigorosa precisão nos remete ao problema de usar termos generalizantes para se referir a diferentes categorias e identidades que foram atuantes em processos históricos que mobilizaram toda uma sociedade.

Dentre esses termos encontram-se os de “classe trabalhadora”, “classes populares”, “camadas populares”, expressões estas que não nos ajudam a ter uma luz sobre as tensões e diferenças e, além disso, homogeneizam as pessoas “comuns” que são aquelas que não ocupam papel de destaque e visibilidade em suas sociedades.

Segundo Edward Thompson, “‘Classes trabalhadoras’ é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos

³ HOBBSAWN, Eric. “Da história social à história da sociedade”. In: *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 97.

⁴Ibid., p. 99.

descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelão, e juntos constituem as classes trabalhadoras”⁵.

A apropriação de discussões de historiadores ingleses sobre a história das classes subalternas na Inglaterra, guardada as devidas proporções, nos leva a pensar em como, dentro de correntes historiográficas consagradas, como as tradições metódica e marxista ortodoxa, personagens que ocupavam posições de subalternidade, como os escravos, por exemplo, não eram considerados sujeitos históricos. Isso por não terem conseguido vencer os limites impostos pela estrutura social que os oprimia, como no caso do marxismo ortodoxo, bem como não dispõem de instrumentos da política de Estado, como no caso dos metódicos rankeanos.

Thompson aponta essa realidade acadêmica de meados do século XX ao frisar que “Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”⁶.

Por mais que suas causas tenham sido derrotadas, rebeldes que foram barrados por becos sem saída estavam inseridos em histórias, dramas e dilemas que causavam tensões dentro de suas sociedades. Além disso, suas reivindicações eram elaboradas a partir de suas experiências de vida.

Essa bagagem construída em lutas cotidianas fazia com que as pautas de reivindicações fossem amplas e pudessem ser respaldadas por algum tipo de consenso. Sobre os rebeldes derrotados e esquecidos pelas tradições historiográficas de meados do século passado, Thompson afirmou que “Eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais”⁷.

Entretanto, para se estudar a história dos subalternos é preciso entender sua relação com os dominantes, pois ambos se estudavam e também viviam conforme as suas relações de conflito e negociação.

Os dominantes também se questionavam se suas formas de controle social ainda eram eficientes, eles também estavam em “luta de classe”. Não é sem razão que autores como Thompson, que ficaram conhecidos por estudar as classes subalternas também se questionassem acerca da atitude e das visões das classes

⁵ THOMPSON, E. P. “Prefácio”. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

⁶ *Ibid.*, p. 13.

⁷ *Id.*

dominantes, como na seguinte pergunta de Thompson: “Até que ponto as autoridades reconheciam que seu modelo estava se afastando da realidade?”⁸

Porém, assim como aqueles que ocupavam posições de mando procuravam se organizar, os “de baixo” também se organizavam, mesmo quando conseguiam reunir uma grande quantidade de pessoas em suas rebeliões, inclusive, quando se tratava de multidões heterogêneas que abarcavam diferentes identidades e reivindicações. Dessa forma, Thompson afirmou que “Eram comum ações disciplinadas e de grande escala da multidão”⁹.

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, a Bahia viveu um *boom* na exportação açucareira. Isso gerou uma demanda grande por escravos. Em 1808, com a chegada da família Real e elevação de *status* político da América Portuguesa, há um incremento do tráfico de escravos. Na Bahia, a demanda por essa mão-de-obra foi preenchida, em grande medida, pelas guerras santas que ocorreram naquele momento na região ao redor do golfo do Benin na África. Para Salvador e Recôncavo vieram, trazidos pelos navios negreiros, escravizados pertencentes a vários povos, entre eles, os oriundos dos reinos islâmicos e da Iorubalândia¹⁰.

Entre 1807 e 1835, escravos africanos empreenderam um ciclo de revoltas em Salvador e Recôncavo que, entre os atos de rebeldia, incluem-se desde conspirações até confrontos armados. Entre 1807 e a metade da década de 1820, os primeiros a liderarem revoltas foram os da “nação” Haussá; a partir da metade da década de 1820 até a Revolta dos Malês em 1835, os nagôs passaram a ocupar mais esse lugar de “nação” africana rebelde.

O ciclo de revoltas coincidiu com momentos importantes da história política da Bahia e do Brasil no início do século XIX: chegada da Família Real, processo de emancipação política da América portuguesa, Guerra de Independência, Primeiro Reinado e o conturbado período regencial quando a Bahia foi sacudida por revoltas federalistas. Segundo João José Reis, esse ciclo de revoltas escravas constituiu uma tradição de rebeldia por parte dos africanos escravizados na Bahia. Tradição esta

⁸ THOMPSON, E. P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 159.

⁹ *Ibid.*, 179.

¹⁰ Sobre a relação entre a demanda por escravos causada pelo aumento da exportação açucareira e as Jihad na costa ocidental da África ver: LOVEJOY, E. Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 11-44, 2001; REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 159-175.

formada por estratégias e rituais de revoltas e que contribuiu para formar identidades étnicas e religiosas nas comunidades africanas de Salvador e Recôncavo¹¹.

A luta pela liberdade também foi uma questão embutida pelos escravos na Guerra de Independência. Entre as ações de rebeldia escrava figurou um levante que aconteceu durante os embates entre as tropas brasileiras e portuguesas em Pirajá, nas imediações de Mata Escura e Saboeiro, Cidade do Salvador, na data de 19 de novembro de 1822, no calor da guerra. Nesse confronto, “cêrca de 200 africanos escravos atacaram as posições dos independentes”¹², por volta de 50 escravos foram fuzilados e o general Labatut ordenou o açoitamento do restante.

Esta rebelião foi citada por alguns autores, geralmente, baseados no relato de Inácio Accioli anotado por Braz do Amaral no livro *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Não pretendemos, neste texto, fazer uma análise sobre esse levante, nossa pretensão é discutir, através dos pressupostos teóricos da “história vista de baixo”, os limites possíveis para se pensar a autonomia de ação rebelde dos escravos africanos durante o contexto dessa Guerra. Especificamente, o texto realiza uma exposição dos argumentos dessa tradição historiográfica acerca da dita rebelião, além de refletir como alguns conceitos da história social podem provocar questionamentos sobre as afirmações dessa tradição historiográfica, bem como procura iniciar uma discussão de como a população escrava pôde ter se apropriado do momento histórico da Independência na Bahia.

Segundo o relato de Accioli, a rebelião teria sido instigada por Madeira de Melo: “Com efeito constava no exercito que o general Madeira tratava de rebelar a escravatura do recôncavo, para melhor obstar ao rápido andamento da causa brasílica”¹³.

Ao narrar o acontecido, Accioli atribui a causa do ataque dos africanos às tropas como um revide por parte do general português Madeira de Melo ao convite feito por Labatut “aos soldados que ocupavão a Capital, convidando-os por uma proclamação a desertarem para o interior, e assegurando a cada um que se lhe apresentasse a quantia de 30\$000, em dinheiro e uma sesmaria de terras”¹⁴.

Possivelmente, o relato de Inacio Accioli pode ter sido impregnado de concepções das elites proprietárias baianas, assim como ele próprio era pertencente a

¹¹Para uma contextualização das revoltas escravas na Bahia portuguesa e independente ver: REIS, op. cit., p. 68-94.

¹² Braz do Amaral narra o levante em: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957, p. 284-285.

¹³ ACCIOLI, Inácio. *Memórias Históricas e políticas da provincia da Bahia*. Volume III. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 401.

¹⁴ Id.

essa camada. Podemos destacar a própria lógica da narrativa de seu texto, pois, para o autor, a ação rebelde dos escravos teria sido motivada pelos portugueses sitiados em Salvador.

Podemos afirmar que o volume III, no qual está relatada a rebelião, é um livro em que a lógica de narrativa é coerente com o que afirmamos acima, ou seja, a narrativa de acontecimentos é constituída de fatos descritos numa ótica em que o que parece relevante para as *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* são os atos políticos das elites. O Livro é anotado por Braz do Amaral, no entanto, o episódio o qual nos referimos não teve nenhuma anotação por parte desse historiador.

A rebelião também é narrada pelo próprio Braz do Amaral, Em seu livro, o autor mantém intacta a versão de Accioli, de que os escravos teriam sido incentivados à rebeldia pelos portugueses. Além disso, ele aponta que a causa de os portugueses terem incentivado o levante de escravos contra as tropas baianas foi pelo fato de que “A riqueza destes proprietários se apoiava, em grande parte, no trabalho escravo e eram escravos deles que em muitas ocasiões serviam, de maneiras diversas, ao partido nacional. Levantaram por isto os portugueses contra eles uma revolta servil”¹⁵.

A rebelião também mereceu menção por parte do historiador Vanderley Pinho: “Um troço de duzentos africanos, lançados pelos lusos sobre as linhas brasileiras, é batido em Saboeiro, bem junto à cidade (dia 1º) e outros duzentos negros da África a 19 são destroçados pela cavalaria baiana”¹⁶. Pinho repete a versão de Accioli, os escravos teriam sido lançados pelos portugueses, no entanto, Pinho traz um elemento novo na narrativa, o historiador afirma que houve dois combates entre as tropas baianas e os escravos rebeldes no mês de novembro, dados que não são encontrados em Accioli e em nenhum documento lido pelos autores que elencamos neste trabalho. Porém, Pinho não faz referência à fonte utilizada. Teria esse autor lido algum documento que poderia ajudar a responder questões sobre a ação rebelde dos escravos durante a guerra? Infelizmente, não temos pistas que nos levem a afirmar nem positivamente e nem negativamente.

Amaral e Pinho, entre os historiadores elencados neste texto, os mais apegados à narrativa tradicional sobre a Independência, são autores preocupados em entender, especificamente, o conflito luso-baiano. No caso das discussões em torno de

¹⁵ Braz do Amaral narra o levante em: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957, p. 284-285.

¹⁶ PINHO, Wanderley. “A Bahia, 1808-1856”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: Tomo II Volume 2. São Paulo: Difel, 1972, p. 261.

como as tensões que assolavam a ordem da sociedade baiana afetavam a guerra, estas ainda não faziam parte de suas abordagens. Talvez, isso tenha influenciado suas afirmações sobre a rebelião de escravos aqui referida. No caso, a segunda rebelião que Pinho menciona, a do dia 19 de novembro.

A partir da década de 1970, com o surgimento de pesquisas realizadas por historiadores da Independência na Bahia ligados à história social, buscando assim, interligar a guerra a problemas sociais e políticos da Bahia do início do século XIX, podemos verificar uma postura diferente das afirmações da historiografia sobre a rebelião.

Coincidentemente, foi durante as décadas de 1960 e 1970 que autores como E. P. Thompson começaram, tanto em livros quanto em artigos, a questionar a forma como, tradicionalmente, a historiografia vinha tratando as populações pertencentes às classes sociais subalternas e às minorias étnicas.

Trazer, por exemplo, as questões étnicas para a análise das rebeliões escravas foi de suma importância também, pois os escravos africanos, apesar de constituírem, talvez, uma maioria, suas identidades étnicas – jejes, nagôs, haussás, dentre outros – eram minorias oprimidas dentro de uma sociedade hegemonicamente influenciada pela colonização portuguesa e presença espiritual do catolicismo.

Para Luis Henrique Dias Tavares, esse levante é mais um evento relacionado à “guerra dos escravos contra a escravidão”. Este historiador argumenta que essa era uma das questões embutidas na Guerra de Independência¹⁷. O autor demonstra um ceticismo em relação ao que registra a documentação, relativizando a afirmação de Accioli discutida acima. Segundo Tavares, “Consciente ou não, de propósito ou não, (...) o livro de Acioli apareceu para valorizar a Bahia e os baianos em mais um instante difícil da construção do Brasil independente e soberano”¹⁸. O autor se refere à Revolta dos Malês e à Sabinada que aconteceram durante o período regencial, ocorridas entre 1835 e 1838, época em que a obra de Accioli foi publicada.

No momento da publicação de *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, certamente, a discussão que ocupava as autoridades era a construção da unidade baiana e o forjamento da identidade da população em torno do respeito à hierarquia da sociedade, então, podemos sugerir que não foi interessante para as elites baianas creditar mérito político a escravos em uma obra cujo objetivo era forjar uma memória da história da Bahia. Apesar de lançar essa discussão em seu livro,

¹⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 165.

¹⁸ *Ibid.*, p. 163.

Tavares não a aprofunda de maneira a relacioná-la diretamente ao levante, mas sua análise sobre como o relato de Accioli estava inserido no contexto da publicação nos traz dados importantes a serem levados em conta ao lermos *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*.

João José Reis, ao discutir a participação escrava na guerra de independência na Bahia, menciona a rebelião afirmando: “Esta foi a única ocasião em que parece ter havido influência dos portugueses na decisão dos escravos de se levantarem”¹⁹. Ao utilizar a palavra “parece”, o historiador desconfia da afirmação de Braz do Amaral baseada em Inácio Accioli, no entanto, não rompe com ela totalmente, possivelmente, por não encontrar outros registros ou indícios que o levem a se opor a Accioli e Amaral com maior segurança.

Ainda sobre as contribuições de Reis, interessante a discussão que este trava com F. W. O. Morton. Segundo este, os escravos haviam perdido as chances mais propícias para se rebelarem²⁰. No caso da guerra de independência, Reis argumenta que “os escravos em geral entenderam não ser uma boa ideia rebelarem-se num momento em que seus senhores se encontravam tão bem armados”²¹. Ou seja, para Reis, as rebeliões escravas não eram ações desesperadas, os escravos faziam uma leitura do momento histórico, esta leitura tinha a ver com a política do cotidiano das relações escravistas. Assim, Reis não subestima a capacidade de entendimento dos escravos em relação à situação política da província.

As rebeliões de escravos na Bahia oitocentista não eram desorganizadas, até porque uma rebelião poderia significar a morte dos rebelados, certamente, esta era talvez a última das formas encontradas para resistir à escravidão, pois, provavelmente, o escravo africano rebelde sabia que não poderia ficar vivo para usufruir de uma possível liberdade conquistada.

No caso desta revolta de escravos, sabe-se que ela foi duramente reprimida pelas tropas comandadas por Labatut, este ordenou a execução de mais de cinquenta dos escravos revoltosos e o açoitamento do restante. O Conselho Interino de Governo reagiu negativamente à execução sumária dos negros.

Para Sérgio Guerra Filho, a reação negativa dos comandantes baianos não se trata de uma preocupação humanitária por parte da elite senhorial baiana, mas sim,

¹⁹ REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na independência da Bahia. In: *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 96.

²⁰ MORTON apud REIS, João José. O levante dos Malês: uma interpretação política. In: *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 120.

²¹ REIS, O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na independência da Bahia, p. 96.

uma preocupação material para com a produção açucareira que tinha nos escravos sua principal peça. Segue o autor afirmando que: “A guerra que queriam os grandes proprietários baianos deveria, além de expulsar os portugueses da cidade de Salvador, garantir as bases materiais e políticas de continuidade de seus privilégios sociais”²². Dessa forma, o autor acaba levantando outra problemática em relação ao episódio: o temor que as autoridades baianas tinham em relação às rebeliões e às movimentações da escravaria rebelde no período da guerra, pois isso funcionaria como um elemento desestabilizador da ordem.

Ao lembrarmos a narrativa de Accioli sobre o levante, lembramos que para esse cronista a rebelião de escravos havia sido instigada pelos portugueses. Existem outros documentos que fazem referência a essa ligação direta entre rebeldia escrava e portuguesa. Guerra Filho, utilizando documentação produzida pelas autoridades baianas, problematiza essa ligação direta, assim, o autor questiona a documentação que registra ações rebeldes de escravos como sendo instigada pelos portugueses, segundo o autor, “Protagonismo político era, segundo a visão de mundo de autoridades e proprietários baianos, coisa exclusiva dos brancos”.²³

Podemos destacar que a relevância dos estudos de Guerra Filho para os fins desse trabalho está no exercício de relativizar os registros, realizando assim um confronto entre os interesses em jogo das elites e as questões pertinentes às classes subalternas baianas do início do século XIX, assim podemos esboçar um entendimento sobre os objetivos e projetos que moviam ações rebeldes dos cativos, além de podermos entender as repercussões das ações rebeldes desses sujeitos. Uma contribuição importante para a “história vista de baixo” ao entender que é possível reconstruir a história dos sujeitos das classes subalternas através dos registros das elites sempre relativizando as visões de mundo contidas nos núcleos dos relatos.

Para Thompson, é preciso desconfiar das imagens idílicas que muitas vezes permeiam os relatos das classes dominantes acerca dos processos históricos e sociais, sendo que Jim Sharpe também enfatiza a necessidade desse cuidado também para

²² Sobre a guerra das autoridades baianas em prol da manutenção da ordem durante a guerra de independência ver: GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. 2004. p. 90-1. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

²³ GUERRA FILHO, Sérgio. *Escravidão e Rebelião: A Participação Escrava na Guerra da Bahia (1822-1823)*. In: *Populações negras na Bahia: ensaios de história social*. OLIVEIRA, Josivaldo Pires (Org.). 1. Ed. – Curitiba: Honoris Causa, 2011, p. 90-93.

outros objetos históricos que não necessariamente sejam os conflitos de classe social, dentre eles, as tensões raciais, étnicas e de gênero.²⁴

Dentro dos objetivos que buscamos alcançar com este ensaio, podemos concluir que a historiografia baiana mais recente ligada à história social sobre a guerra de Independência do Brasil na Bahia apresenta uma tendência a entender o levante de escravos ocorrido durante as batalhas de Pirajá com desconfiança em relação à versão de Accioli. Podemos destacar que leituras críticas sobre a documentação – em que a própria obra do Accioli faz parte – têm contribuído para que se possa discutir a relevância dessa rebelião dentro do contexto da guerra.

Na versão de Accioli, os escravos rebeldes eram mera “massa de manobra” para o interesse dos portugueses sitiados em Salvador: atrapalhar a campanha militar dos baianos. Já os historiadores ligados à história social da Guerra de Independência, ou seja, aqueles comprometidos em levantar questões sobre as tensões sociais que permeavam a guerra, esses têm questionado a afirmação do memorialista e, até mesmo, como no caso de Tavares, se posicionado de forma contrária a sua concepção. Para os historiadores sociais elencados, a resistência escrava é um elemento a ser levado em conta nos processos em curso durante a guerra. Além disso, para esses historiadores, os escravos não foram testemunhas passivas e sem autonomia de ação durante a guerra e a formação do Estado nacional do Brasil.

Os avanços dos historiadores sociais em relação não apenas a essa rebelião, mas, sobretudo, em se tratando da rebeldia escrava de uma forma geral, tem se ancorado na busca por uma variedade de fontes que possam ser criticadas e confrontadas. Além disso, a autoridade do discurso das classes dominantes também tem sido questionada pelo olhar dos historiadores que buscam ir além da visão, em determinados momentos, preconceituosa e tendenciosa da documentação produzida pelas elites letradas.

²⁴Sobre o uso de fontes produzidas por autoridades para pesquisas sobre movimentos sociais das classes subalternas ver: SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. BURKE, Peter. (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992, p. 39-62; THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.